

Boletim Número 66**Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2015****EDITORIAL**

O sexagésimo sexto Boletim PROEALC chega ao público com interessantes análises para a compreensão dos processos políticos em curso na região. Nesta edição os leitores e leitoras encontrarão um apanhado de artigos que ilustram alguns dos fatos mais significativos ocorridos na América Latina neste primeiro trimestre de 2015.

A primeira matéria das colunas “Em Foco” é uma notícia publicada na *Agence France Presse* (AFP) sobre projeto de lei que descriminaliza o chamado aborto terapêutico na Chile. A segunda matéria da mesma coluna é um informe sobre as atividades da 3ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), com destaque para o apoio ao fim do embargo econômico dos EUA à Cuba. A terceira matéria de Cristiano Morsolin analisa o apoio de governos latino-americanos à vitória eleitoral de Syriza na Grécia. Logo após, Lalo Leal nos adverte sobre a importância da regulamentação da comunicação, para a garantia do direito humano à informação. Por fim, na última coluna “Em Foco”, Vinícios Gomes trás aportes para compreendermos os significados dos protestos de 13 e 15 de março desse ano.

Nas colunas “Espaço Aberto” são apresentados artigos de bolsistas e pesquisadores de nossa equipe, enfatizando: a polêmica questão em torno da redução da maioria penal e o genocídio da população negra. Além de apresentar: uma divertida crônica em forma de carta “enviada” ao psicanalista Freud com questões atuais e uma sucinta resenha apresentando aspectos relevantes do trabalho de Moishe Postone.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I***Bachelet envia ao Congresso chileno lei de aborto terapêutico***

Projeto de lei descriminaliza interrupção da gravidez em caso de má formação fetal, risco para a vida da mãe e estupro e prioriza dever de confidencialidade médica sobre o de denunciar pacientes

por AFP — publicado 01/02/2015 10:40

A presidente do Chile, Michelle Bachelet, enviou, no sábado 31, para o Congresso um projeto de lei que descriminaliza o aborto em caso de má formação fetal, risco para a vida da mãe e estupro. O aborto nesses casos é proibido desde a ditadura de Augusto Pinochet.

"Os fatos mostram que a proibição absoluta e a criminalização de toda forma de interrupção da gravidez não impediram e não impedem a prática em condições de grande risco para a vida e a saúde das mulheres", disse a mandatária em um ato público no Palácio de la Moneda.

"Na situação atual, atropelamos sua dignidade, prolongamos seus sofrimentos, arriscamos sua vida", afirmou. O projeto de lei, que deverá ser debatido e aprovado no Congresso, contempla a descriminalização do aborto em caso de "risco presente ou futuro" da vida da mãe, "má formações incompatíveis com a vida extra-uterina" e estupro.

Para realizar o aborto terapêutico, será necessário o diagnóstico de um médico, ratificado por outro profissional; com uma exceção: quando a mulher precisar de atenção imediata por risco iminente à sua saúde, bastará o diagnóstico de um médico.

As menores de 14 anos devem ter a autorização dos pais, exceto em caso de violência intra-familiar ou abandono, em que o médico poderá pedir a permissão a um juiz da vara de família.

Em caso de estupro de menores de 14 anos, o prazo para abortar se estenderá de 12 para 18 semanas, considerando que as meninas e adolescentes muitas vezes desconhecem seu estado", disse Bachelet. Quanto as menores de 14 que não se enquadrarem nesse caso, elas terão 14 semanas para abortar.

O projeto prioriza o dever de confidencialidade dos médicos sobre a obrigação de denunciar as pacientes por suposto aborto, e lhes reconhece o direito à objeção de consciência. Nessa situação, o centro de saúde será obrigado a encaminhar a paciente a um médico disposto a tratá-la.

Cerca de 16.510 mulheres ingressam todos os anos em hospitais chilenos por gravidez de menos de 22 semanas relacionados com risco de vida para a mãe ou má formação do feto incompatíveis com a vida. Por ano, são registradas 500 mortes por má formação fetal. Não existem dados de gravidez por estupro.

Até 1989 e por mais de 50 anos, o aborto foi permitido nos casos de risco de morte da mãe ou má formação do feto. Mas antes de deixar o poder, o ex-ditador Augusto Pinochet o proibiu.

Em 24 anos de democracia, pela pressão da Igreja católica e grupos conservadores, nenhuma iniciativa legal para a descriminalização prosperou.

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/bachelet-envia-ao-congresso-chileno-lei-de-aborto-terapeutico-4313.html>

Em Foco II

Celac põe em pauta o fim do embargo econômico dos EUA a Cuba

País asiático prometeu duplicar o intercâmbio comercial com a região; presidenta Dilma defende maior cooperação para que países retomem crescimento "robusto"

Por Roberto Stuckert Filho/PR

Da redação, 30/01/2015

Terminou na última quinta-feira (29), em San José, capital da Costa Rica, a 3ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Os principais assuntos foram a reaproximação entre Estados Unidos e Cuba e o fortalecimento da parceria comercial com a China.

Esse será o principal desafio do Equador, que assumiu a presidência da Comunidade ao fim da Cúpula. Os chineses prometeram duplicar o intercâmbio comercial na região e investir US\$ 250 bilhões na próxima década.

“Os Estados Unidos já não são mais nosso sócio privilegiado. Agora, o sócio privilegiado é a China e também a Europa, a Rússia e muitos outros países”, disse o chanceler equatoriano Ricardo Patiño.

Fim do embargo a Cuba

Os 33 países membros da Comunidade vão aprovar uma declaração exigindo o fim do bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba. Em seu discurso, a presidenta Dilma Rousseff elogiou a coragem e a responsabilidade histórica dos presidentes Barack Obama e Raul Castro, mas reforçou que é preciso acabar com o embargo econômico.

“Não podemos esquecer, todavia, que o embargo econômico, financeiro e comercial dos EUA a Cuba, ainda continua em vigor. Essa medida coercitiva, sem amparo no direito internacional, que afeta o bem-estar do povo cubano e prejudica o desenvolvimento do país”, declarou.

A presidenta ainda afirmou que diante do quadro de dificuldades econômicas e baixo crescimento, os países da região devem priorizar o comércio intrarregional.

Crise diplomática entre Venezuela e Colômbia

O encontro ocorreu em meio a uma crise econômica e diplomática da Venezuela com a Colômbia. Isso porque o ex-presidente colombiano Andres Pastrana foi até Caracas visitar opositorista Leopoldo Lopez, que está preso. Nicolas Maduro anunciou que o encontro era uma “tentativa de golpe de Estado” financiada pelo “dinheiro do narcotráfico”.

Durante a cúpula, Maduro se reuniu com o presidente colombiano Juan Manuel Santos e Dilma Rousseff e afirmou que o apoio da Venezuela ao processo de paz na Colômbia continua “apesar dos ataques que nos façam em Bogotá”.

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/31196>

Em Foco III

Grecia: Respaldo de los Gobiernos de Latinoamérica a La Victoria de Syriza

Por Cristiano Morsolin
30/01/2015

"Grecia pasa página, Grecia deja atrás la austeridad del desastre. Deja atrás el miedo, deja atrás cinco años de dolor", ha dicho el vencedor de las elecciones, Alexis Tsipras, ante una multitud que le aguardaba para celebrar la victoria el domingo 25 de enero. "La respuesta del pueblo griego cierra de forma incuestionable el círculo vicioso de la austeridad", insistió.

El líder de Syriza dijo que tiene claro que Grecia no le ha dado un cheque en blanco "sino un mandato para reorganizar el país". "Hoy perdió la Grecia de los oligarcas y de los corruptos", dijo Tsipras, quien afirmó que "ganó la Grecia del trabajo, del conocimiento y de la cultura". "Ganó la Grecia que lucha y tiene esperanza",

agregó el líder izquierdista entre los vítores de sus seguidores, que lanzaron fuegos artificiales. Y perdió "la Grecia de las élites, las oligarquías y las medidas antidemocráticas".

En clave europea, Tsipras afirmó también que su victoria es también "la de todos los pueblos de Europa que luchan contra la austeridad que destroza nuestro futuro". "El nuevo Gobierno negociará con nuestros socios europeos", dijo Tsipras, quien afirmó que presentará su propio plan de reformas "sin nuevos déficit pero tampoco sin un superávit irrealizable". "El nuevo gobierno desmentirá a todos los que ven destrucción. No habrá desastre, ni tampoco sumisión. Nuestro objetivo desde el primer día es restablecernos de las consecuencias de la crisis". "Pero antes de todo, el pueblo debe recobrar su dignidad, el optimismo, la sonrisa... ese es el mensaje primordial", añadió el neo Presidente Tsipras, candidato a la Presidencia del Parlamento Europeo con el bloque GUE-NGL (1).

Este artículo analiza los comentarios de los gobiernos latinoamericanos con relación a la victoria de Syriza, una nueva izquierda del siglo XXI.

Gobierno boliviano celebra el triunfo de Syriza en Grecia

Durante el discurso de posesión de asambleístas supraestatales en instalaciones de la Asamblea Legislativa Plurinacional (ALP), el vicepresidente de Bolivia, Álvaro García Linera, saludó el triunfo del partido de izquierda, Syriza en Grecia. "Ha ganado recientemente en Grecia el partido Syriza, revolucionario, gente de izquierda a quien saludamos", señaló García Linera en referencia a la victoria del partido con el 36,3% de los votos y 149 escaños. La victoria se acerca a la mayoría absoluta por encima de la conservadora Nueva Democracia del primer ministro en funciones Andonis Samarás, que se quedó en el 27,8% de apoyos (76 diputados), al 99,8% de papeletas escrutadas. Según la segunda autoridad boliviana, Syriza hace un seguimiento del Proceso de Cambio en Bolivia y lo refleja en sus publicaciones y también difunde los discursos del presidente Evo Morales. La revolución, según García Linera "encuentra a amigos en el mundo" y "su victoria es también de nosotros", dijo (2).

El presidente de Bolivia, Evo Morales, y el nuevo primer ministro griego, Alexis Tsipras, conversaron este martes por teléfono y acordaron realizar visitas mutuas para fortalecer los lazos de amistad entre ambos países, informó la ministra boliviana de Comunicación, Marianela Paco. En el diálogo ambos líderes coincidieron en realizar esas visitas para "trabajar en un hermanamiento entre los pueblos", señaló la autoridad. Morales expresó al recién electo gobernante griego que el triunfo obtenido en las urnas el domingo por la coalición izquierdista Syriza, liderada por Tsipras, ha sido contundente y refleja una "luz de esperanza para Europa", según la ministra. Ambos líderes han manifestado sentimientos mutuos de hermandad (...) Esta celebración conjunta es por sus pueblos, porque son pueblos anticapitalistas y porque son pueblos que buscan justicia", detalló Paco (3).

Syriza inaugura un nuevo tiempo para Grecia, señala Frente Guasu de Paraguay

"Con gran entusiasmo celebramos esta muy significativa victoria de Syriza en Grecia, porque constituye por fin un repunte del progresismo en Europa que hoy está sufriendo los embates del neoliberalismo y sus nefastas implicaciones sociales", subraya una nota difundida por el Frente Guasu – que ha sostenido el Presidente Lugo en Paraguay (2008-2012) que el parlamentario Ricardo Canese ha entregado al Observatorio sobre Latinoamérica SELVAS.

Se destaca que "Estamos muy esperanzados en que esta victoria del pueblo griego con este resultado, se convierta en el punto de partida de un proceso emancipatorio que ponga fin a los planes de ajuste impuestos por los organismos financieros y sus correlatos oligárquicos en Europa, que han llevado a sus pueblos a situaciones insostenibles.

Esperemos también que ese punto de partida, sirva para expandir en el resto de Europa una nueva atmósfera libertaria desde el clamor popular, para que esa región deje de tener en el concierto internacional, la posición cómplice de la política hegemónica norteamericana, para volver a ser lo que fue históricamente, asiento de las grandes luchas reivindicatorias en el mundo" concluye el comunicado (4).

El gobierno venezolano saludó el triunfo de la formación de izquierda en Grecia, Syriza, por su triunfo en las elecciones de la víspera en el país helénico. "Venezuela hace llegar una cálida felicitación a la Coalición política Syriza y al compañero Alexis Tsipras por su histórica victoria, y le augura éxito en su gestión

reiterándole toda la solidaridad y apoyo”, precisó un comunicado de la cancillería venezolana. El texto enfatizó que “El Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Nicolás Maduro Moros, junto al Gobierno Bolivariano y al pueblo venezolano, felicita al pueblo griego, que en un ejercicio pleno de soberanía popular ha declarado, con su participación y su voto, su incuestionable vocación democrática”.

La cancillería de Venezuela añadió que “durante el proceso electoral la derecha arremetió contra el pueblo de Venezuela y la Revolución Bolivariana, mediante una campaña sucia que ha sido derrotada por la conciencia mayoritaria”. “Desde la Patria de El Libertador Simón Bolívar y del Comandante Invicto de la Revolución Bolivariana, Hugo Chávez, el Presidente Nicolás Maduro desea manifestar al hermano pueblo heleno el mayor de los éxitos en esta nueva etapa de transformaciones políticas y económicas que comienza hoy”, recalcó el texto. Por último, el comunicado oficial señaló que “La República Bolivariana de Venezuela reafirma la disposición de trabajar en pro del desarrollo, la paz, la cooperación, la defensa de un orden internacional justo y pluripolar.

Hay políticas de crecimiento alternativas al ajuste, señaló Argentina

La presidenta argentina Cristina Fernández de Kirchner felicitó ayer al pueblo griego por la jornada democrática del domingo y destacó que el triunfo de Syriza representa una esperanza para Europa. “El triunfo de Syriza y el próximo gobierno liderado por Alexis Tsipras son una esperanza para los pueblos de Europa, porque revelan que hay políticas alternativas viables que rechazan el ajuste y proponen el crecimiento con inclusión social como camino para superar las crisis”, dijo el comunicado de la Cancillería.

El gobierno argentino confió en que “la formación del nuevo gobierno en Grecia, que reflejará la voluntad popular, será una oportunidad para profundizar las históricas y excelentes relaciones entre ambos países y sus pueblos”. El precandidato presidencial del Frente para la Victoria y ex canciller, Jorge Taiana, sostuvo por su parte que con la llegada al poder de la izquierda comienza una nueva etapa en el país helénico y también en el Viejo Continente. “Este fue un fuerte mensaje en contra del ajuste y la austeridad impuestos por la Unión Europea, conducida por Alemania”, señaló el referente del Movimiento Evita, a través de su cuenta de Twitter.

Al analizar el resultado que deja a Syriza al borde de la conformación del gobierno, el ex titular del Palacio San Martín cuestionó la influencia de las “políticas de ajuste y miseria” que le impusieron durante años a Grecia desde la troika, que conforman el Fondo Monetario, el Banco Central Europeo y la Unión Europea. “El amplio triunfo de Syriza, encabezado por el antiajuste Alexis Tsipras, en Grecia, es una gran derrota para la repudiada troika”, concluyó Taiana.

La asunción de Tsipras como primer ministro refleja el rechazo a la política de ajuste impuesta por la Unión Europea (UE), el Banco Central Europeo y el Fondo Monetario Internacional. Además el flamante gobierno plantea renegociar la deuda pública, que alcanza los 320 mil millones de euros, que equivalen al 177 por ciento del PBI del país. A raíz de la crisis económica que azotó al país en 2010, la UE y el FMI han concedido créditos por unos 240 mil millones de euros para el rescate financiero de Grecia (5).

Alternativas a las políticas de ajuste por parte de la Troika de la UE

El resonante triunfo de Syriza abre una nueva página en el continente europeo: demuestra que las opciones que se han opuesto a las políticas de ajuste implementadas durante el último lustro por parte de la Troika de la UE se fortalecen y aspiran a formar gobierno.

La clara victoria de Syriza en Grecia pone en la mira a Podemos, que podría ganar las elecciones generales de 2015 en España.

"Junto a Pablo Iglesias y Podemos, Syriza cambiará Europa", arengó Alexis Tsipras el pasado jueves durante el acto de cierre de la campaña electoral griega. Iglesias acudió a Atenas para apoyar al líder de Syriza y allí refrendó ante miles de griegos que las formaciones de ambos protagonizarán una “ola de cambio en Europa”. La formación de Tsipras tendrá ocasión de demostrar durante su gobierno hasta qué punto eso es cierto. Podemos, por su parte, tiene todavía varios meses por delante hasta que se celebren las elecciones generales en España.

El secretario general de Podemos, Pablo Iglesias, ha advertido este lunes de que España y Grecia tienen “enormes” diferencias y de que no se deben hacer “paralelismos” porque la victoria de Syriza en Grecia no

garantiza el triunfo de Podemos en las próximas citas electorales en España. "Nos espera un año muy difícil, vamos a tener que trabajar partido a partido, con un contexto distinto al griego", ha admitido Iglesias, que ha subrayado que ni Podemos le ha dado la victoria a Syriza, ni Syriza se la dará a Podemos: "Nadie nos va a hacer los deberes", ha añadido. En una rueda de prensa tras la reunión del Consejo de Coordinación de su partido, Iglesias se ha felicitado de la "magnífica noticia" que supone para los europeístas y los demócratas la victoria de Syriza porque permitirá que en el país deje de gobernar "un delegado de Merkel" y "un vicepresidente para asuntos griegos de Alemania". Iglesias ha expresado su respeto por la decisión de Tsipras de llegar a un acuerdo con un partido de derechas. Para el líder de Podemos, la victoria de Syriza es la demostración del fracaso de las políticas de austeridad que, admite, han sido mucho más "agresivas" en Grecia que en España, un país que es la cuarta economía de la UE y al que "no se le puede amenazar" como a los griegos. Ha destacado que el Gobierno de Alexis Tsipras abre un camino de esperanza para los países del sur de Europa y ha subrayado que pese a los mensajes apocalípticos que vaticinaban un desplome de los mercados si ganaba Syriza, "no ha pasado nada" y el "sol ha vuelto a salir en Grecia". Iglesias ha expresado su respeto por la decisión de Tsipras de llegar a un acuerdo con un partido nacionalista de derechas, y se ha mostrado convencido de que ese pacto se hará sobre el programa electoral y el compromiso de un "giro de 180 grados" de las políticas de austeridad que han creado tanto sufrimiento. "El Gobierno de Syriza se merece cien días de confianza", ha añadido (6).

El eurodiputado y líder de Podemos, Pablo Iglesias, y el portavoz de la formación Íñigo Errejón, consideran que, aunque las situaciones de España y Latinoamérica son "muy diferentes", existen en esta región del continente americano "ejemplos de democracia muy valiosos para los países del sur de Europa". Así lo han puesto de manifiesto durante el encuentro con periodistas que los dos dirigentes de Podemos han mantenido en La Paz (Bolivia) a finales de septiembre de 2014, que se enmarca dentro de la gira latinoamericana que la formación arrancó este jueves en Bolivia y que también les llevará a Ecuador y Uruguay, y durante la que tienen previsto reunirse con los presidentes de estos tres países, Evo Morales, Rafael Correa y José Mujica, respectivamente. Según informa Podemos en un comunicado, Iglesias y Errejón han ensalzado "el valor de las experiencias de cambio político en Latinoamérica, de recuperación de la soberanía y de puesta en práctica de políticas públicas que han permitido una década de inclusión, desarrollo económico y democratización social, como reconocen todas las instituciones e indicadores internacionales": eso se destaca en mi nota "Las esperanzas del nuevo mandato de Evo Morales y su impacto en Europa" que Morsolin acaba de publicar en varias agencias de prensa internacional (7).

Tras matizar que "la sociedad española tiene que encontrar su propio camino" porque su situación es muy diferente a la de estos países, los portavoces de Podemos han destacado que gobiernos latinoamericanos como el boliviano han "conquistado" esa "década ganada" mediante "la activación popular y derrotando la resignación del 'no hay alternativa' a las políticas del empobrecimiento y el saqueo dictadas por las élites financieras mundiales".

Gabriel Puricelli, coordinador del Programa de Política Internacional, Laboratorio de Políticas Públicas de Buenos Aires, considera que "las preferencias de los griegos encapsulan la historia de la larga marcha de los eurocomunistas griegos desde la disidencia dentro del Partido Comunista hasta la llegada al gobierno. Grecia no eligió una expresión política surgida de la nada para expresar su frustración ante la crisis desatada por años de abuso patrimonialista del Estado por las élites que lo dominaron desde el fin de la dictadura de los coroneles y por el remedio atroz suministrado por la troika. Eligió a Syriza, la Coalición de la Izquierda Radical, la confluencia que impulsaron los viejos cuadros del "Partido Comunista del Interior", después de romper con los estalinistas del "Partido Comunista del Exterior" y abrirse a los movimientos sociales de los '80 y a la naciente ecología política. Los comunistas que combatieron la invasión nazi en la Segunda Guerra Mundial evolucionaron en direcciones divergentes ante el intervencionismo soviético en Europa. Muchos de ellos, forzados por la dictadura de los coroneles al exilio en Italia, abrazaron el modo de oponerse a Moscú y de concebir las alianzas políticas de sus correligionarios italianos y promovieron una visión comunista desde el interior de Grecia, distinta de la impuesta desde el exterior por los mandamases de la URSS.

Un jovencísimo Alexis Tsipras fue jefe de la Juventud Comunista representando a esos adultos del partido inspirados por el eurocomunismo de Enrico Berlinguer y los acompañó en la salida del partido (la sigla histórica, KKE, quedó en manos de los ortodoxos) y en la búsqueda de alianzas que su viejo partido no hubiera aceptado jamás.

Syriza, la forma que hace tiempo adoptó esa política de alianzas, es entonces un sujeto político con una larga historia y hondas raíces en la cultura política griega. Llega al gobierno con el desafío de encontrar aliados

nuevos para alcanzar la mayoría en el Parlamento que se le escapó por milésimas. Llega rodeada de unas expectativas a las que Tsipras trató de darle un marco realista en la campaña. Y llega en un tiempo en que los pesimistas creían que era el de optar entre la resignación de las grandes coaliciones o la bestia negra de la ultraderecha. Un eurocomunista extemporáneo tiene delante de sí la oportunidad de demostrar que no es así”, concluye Puricelli (8).

Ulrich Brand, profesor de Política Internacional en la Universidad de Viena, integrante del Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo de la Fundación Rosa Luxemburg (Berlín) invita a convertir a Grecia “en un campo de experimentación para probar otras formas de manejar la crisis. Imaginemos una reestructuración exitosa del Estado y de la economía: las personas gozan de condiciones laborales y de vida estables, se reforma el sistema impositivo, de manera que los ricos carguen con una parte adecuada del coste para la colectividad. Asimismo – horrible dictu para toda mente neoliberal – hay programas de inversión pública eficientes que permiten superar las crisis humanitarias en las áreas alimentación y vivienda, educación y salud”. Agrega que “podría darse la tan necesaria conferencia europea sobre la deuda. Mucha gente ya reconoce que Grecia jamás podrá pagar su deuda – a no ser por el precio de una dependencia más o menos eterna. La conferencia debería abordar el tema de una solución europea global, pero también tratar la posibilidad de una condonación parcial de la deuda griega y, para los créditos restantes, un mecanismo de pago de deuda a la medida del rendimiento económico real del país. Sería una señal política poderosa, tanto para las personas como para los mercados, de que por fin se trabaja seria- y solidariamente en desarrollar estrategias adecuadas de manejo de la crisis. Al mismo tiempo, se transparentaría quienes se benefician realmente de la crisis actual”, concluye Ulrich Brand.

Marisa Matias, eurodiputada del Bloco de Esquerda (bloque de izquierda) portugués y la eurodiputada Lola Sanchez (Podemos-España) –que también tienen un programa y un discurso casi idénticos al de Syriza– se mostraron emocionadas en Atenas.

Me han comentado que Syriza, desde Grecia, puede ser un cambio de fondo en la política europea, porque aunque solo votaron los griegos, estas elecciones eran europeas, lo que se debatía era el modelo económico que se aplica en el sur del continente.

La eurodiputada Lola Sanchez (Podemos-España) declara al Observatorio SELVAS “con SYRIZA Sí Se Puede. Hoy comienza el cambio en Europa y estaré desde Atenas apoyando a Alexis Tsipras y al pueblo griego. Porque esperamos celebrar juntos el comienzo del Cambio. Con SYRIZA y con PODEMOS, Venceremos”.

Fonte: <http://www.alainet.org/es/active/80507>

Em Foco IV

Grandes democracias levam a sério direito humano à informação

No mundo desenvolvido, regulação das comunicações serve para ampliar a diversidade de conteúdos e democratizar a liberdade de expressão. No Brasil, quem lucra com desinformação e monopólio combate essa ideia

Por Lalo Leal

A regulação dos meios de comunicação é algo comum nas grandes democracias do mundo. Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Portugal, Espanha, entre outros países, há várias décadas estabeleceram regras para o setor. A maioria busca atualizá-las constantemente para alinhar a legislação às inovações tecnológicas e às transformações sociais. Os britânicos, por exemplo, a cada cinco anos, em média, discutem

e aprovam no Parlamento novas regras para a mídia eletrônica. E recentemente aprimoraram a regulação para os meios impressos.

Na América Latina, nos últimos anos, a maioria dos países aprovou leis modernas para o rádio e a televisão com o objetivo de democratizar o seu uso. O caso mais expressivo, por seu respaldo político e pela consistência da lei, é o da Argentina, que em 2009 teve aprovada pelo Congresso a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual.

Uma das principais características comuns a todos esses países é a existência de autoridades reguladoras públicas com competência para aplicar as leis existentes para a produção e a difusão audiovisual. São responsáveis por outorgar as concessões de rádio e TV, acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelos concessionários e promover, ou não, a renovação das concessões. São também os fóruns legais para manifestações do público e de diálogo com as empresas de radiodifusão.

Nas concessões, os governos diretamente ou os órgãos reguladores redigem os chamados “cadernos de encargos”, nos quais constam direitos e deveres atribuídos aos concessionários durante o período em que vigorar a concessão. Tipos de programas, públicos que pretendem atingir e formas de financiamento são alguns dos itens a serem especificados no caderno. Caso sejam descumpridos, o órgão regulador tem poderes de impor sanções que vão de advertência a cassação da concessão.

Nos Estados Unidos, a Comissão Federal de Comunicações (FCC, de Federal Communications Commission) é o órgão criado pela Lei de Comunicação de 1934 com a prerrogativa central de realizar a regulação econômica da mídia, evitando a concentração da propriedade dos meios. Não permite, por exemplo, que apenas uma empresa seja dona de jornal e de emissoras de rádio e TV numa mesma cidade. Embora a primeira emenda da Constituição estadunidense garanta a absoluta liberdade de expressão, a FCC recebe queixas constantes sobre o conteúdo das programações. No entanto, sua ação limita-se basicamente a proteger as crianças do que ela chama de “material indecente”, proibido de ser veiculado entre as 6h e as 22h.

Ainda assim, a FCC pode punir emissoras que transmitam informações falsas, realizem sorteios ou concursos em que as regras não estejam claras e não sejam rigorosamente cumpridas ou aumentem o som nos intervalos comerciais. A comissão é responsável também por fazer cumprir a lei que determina a obrigatoriedade das emissoras de transmitir, no mínimo, três horas semanais de “programação infantil essencial”, identificando os programas com o símbolo E/I e informando antecipadamente os pais sobre os horários de exibição. Eles devem ser exibidos entre as 7h e as 10h, com pelo menos 30 minutos de duração.

Proteger o público

Na Europa, os órgãos reguladores preocupam-se mais com questões de conteúdo e exigem das emissoras cuidados que vão da veracidade dos anúncios publicitários exibidos à linguagem utilizada por artistas e apresentadores. No Reino Unido, a regulação do rádio, TV, internet e redes de telecomunicações é feita pelo Escritório de Comunicações (Ofcom, de Office of Communications), criado em 2003, quando unificou vários outros órgãos reguladores existentes anteriormente. Os meios impressos são regulados pela Ippo (Independent Press Standards Organization), uma organização independente aprovada pelo Parlamento e sancionada pela rainha Elizabeth II em 2013.

Ao Ofcom cabe a tarefa de garantir à população britânica a existência de serviços de comunicação eletrônica de alta velocidade, de programas de rádio e TV com qualidade e diversidade, além de proteger os espectadores e ouvintes de conteúdos impróprios e de impedir a invasão de privacidade.

Conta para isso como uma série de canais abertos para que o público possa se manifestar em relação aos serviços prestados pelos meios de comunicação. As demandas são avaliadas e, quando é o caso, levadas aos responsáveis pelas transmissões. Abusos comprovados são punidos de acordo com a legislação.

Os meios impressos foram durante quase 60 anos autorregulados por meio da PCC (sigla em inglês da Comissão de Reclamações sobre a Imprensa). O código de conduta adotado foi elaborado pelos próprios empresários que, além disso, ocupavam mais da metade das vagas do órgão. A complacência da Comissão diante de casos graves de violações éticas cometidas pela imprensa minou a sua credibilidade. Ela não

resistiu ao escândalo provocado pelos jornalistas flagrados grampeando telefones de artistas e de pessoas envolvidas em casos policiais.

Diante da ineficiência da PCC, o governo britânico criou uma comissão de inquérito para esclarecer o “papel da mídia e da polícia no escândalo das escutas telefônicas ilegais”. Ao final dos trabalhos, a principal recomendação do Relatório Levenson (referência ao presidente da comissão, lorde Justice Levenson) foi a criação de uma nova agência reguladora para a mídia com poder de aplicar multas de até 1 milhão de libras (cerca de R\$ 4 milhões de reais) ou de até 1% do faturamento das empresas.

A Ipso tem como uma de suas atribuições adotar medidas para proteção dos cidadãos, além de poder obrigar jornais, revistas e sites de internet com conteúdo jornalístico a publicar correções de matérias e pedidos de desculpas. A adesão das empresas ao órgão é voluntária, mas as que não aderirem poderão sofrer punições ainda mais severas. A criação da agência é resultado de um acordo firmado entre os três maiores partidos britânicos e tem o respaldo de uma Carta Real, assinada pela rainha Elizabeth. Qualquer alteração só poderá ser feita com o voto de, pelo menos, dois terços do Parlamento.

Na Argentina, a regulação atinge apenas o rádio e a TV, com a aplicação da nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, aprovada pelo Congresso em 2009. Seu mérito principal é o de ampliar a liberdade de expressão no país, garantindo o acesso ao espectro eletromagnético de grupos sociais antes excluídos pela força do monopólio. A lei estabelece que 33% do espectro está destinado a organizações sem fins lucrativos e abre espaço para que povos originários possam controlar emissoras de rádio e TV, transmitindo programas em seus próprios idiomas, como já ocorre na região de Bariloche, com o canal Wall Intui (Olhar em Volta, no idioma dos Mapuche).

A nova legislação acaba com os monopólios e oligopólios ao estabelecer limites para o número de concessões outorgadas a cada empresa. Nenhuma delas (seja estatal, privada com fins lucrativos ou privada sem fins lucrativos) pode controlar mais de um terço das concessões, que terão no máximo dez anos de vigência. Até os direitos de transmissão do campeonato nacional de futebol foram assumidos pela emissora pública argentina, que posteriormente abriu o sinal para que outras redes de rádio e TV abertas pudessem exibir as partidas da primeira divisão.

Por força da lei, o grupo Clarín teve de abrir mão de várias de suas licenças e, por isso, tornou-se o maior opositor da nova regulação, tendo sido derrotado em todas as instâncias do Judiciário para as quais apelou. Agora, um empresário não pode mais controlar canais de TV abertos e fechados ao mesmo tempo, e o sinal de uma empresa de TV por assinatura não poderá chegar a mais de 24 localidades nem superar o limite de 35% do total de assinantes.

A Lei de Meios argentina permitiu uma expansão do setor audiovisual até então inédita no país. Foram concedidas 814 licenças para operação de emissoras de rádio, TV aberta e TV paga. Dessas, 53 de TV e 53 de rádio FM destinaram-se às universidades e 152 a emissoras de rádio instaladas em escolas primárias e secundárias.

As aspirações brasileiras

No Brasil, calcula-se que 19 projetos de lei visando à democratização da mídia já foram elaborados pelo Executivo desde que entrou em vigor a Constituição de 1988. Nenhum deles foi levado ao debate com a sociedade e muito menos enviado ao Congresso Nacional. Seguem vigorando as leis antigas que, por serem obsoletas, atendem aos interesses dos poucos que se beneficiam dessa situação.

No caso do rádio e da televisão, apenas a aprovação de leis que regulamentassem os artigos da Constituição promulgada há menos de três décadas referentes ao Capítulo da Comunicação Social já seria um grande avanço. Por exemplo, o Artigo 220, em seu parágrafo 3º, determina que compete à lei federal “regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que se recomendam, locais e horários em que a apresentação se mostre inadequada”.

Essa é uma das poucas determinações da Constituição que já foi objeto de regulação, originando o que se convencionou chamar de “classificação indicativa” para exibição de programas de TV. Mesmo tendo sido amplamente debatida na sociedade, a classificação indicativa sofre forte oposição dos radiodifusores e é contestada por uma ação de inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Segundo o mesmo parágrafo, ainda cabe a uma legislação reguladora “estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Artigo 221 (*ver a seguir*), bem como a propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente”.

Não existem esses meios. A defesa da “pessoa e da família” só é feita por meio de ações propostas pelo Ministério Público, que invariavelmente são derrotadas na Justiça pela falta da lei específica. Mas só a lei não basta. É necessária a existência de um órgão regulador, como o Ofcom britânico, como poderes para aplicá-la. Além de ser um fórum com representantes dos radiodifusores, do governo e da sociedade capaz de resolver divergências mais simples, sem necessidade de recursos à Justiça.

“Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, também é uma regra estipulada no Artigo 3º do mesmo parágrafo. A concentração de canais de difusão de informação nas mãos de poucas empresas é o principal obstáculo à liberdade de expressão no Brasil. Um pequeno grupo controla todo o setor e veicula programas, programações e ideias semelhantes, impedindo a circulação de opiniões plurais, imprescindíveis para uma sociedade democrática. A revisão da distribuição do espectro eletromagnético e o estabelecimento de limites à propriedade de meios de comunicação por um mesmo grupo econômico são as providências necessárias para romper com os monopólios e oligopólios existentes no país.

Agora, diz o Artigo 221 que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender aos seguintes princípios:

“I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” – Há vários exemplos de programas que estão no ar no rádio e na TV que não se enquadram nesse dispositivo constitucional. Não podem ser considerados informativos, por exemplo, programas que fazem do crime um espetáculo mórbido.

“II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação” – A promoção da cultura nacional e o estímulo à produção independente ganharam estímulo na TV paga com a lei que entrou em vigor em 2011 determinando a abertura de espaços nas grades de programação das emissoras para cotas de programas produzidos no Brasil. Para a TV aberta não há nenhuma legislação específica sobre o tema.

“III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” – A regulamentação deste artigo foi apresentada ao Congresso em 1991 e até hoje não foi votada. A falta da lei impede a ampliação do mercado de trabalho de profissionais de rádio e TV em inúmeras regiões do país, reforçando a concentração dos meios de comunicação no eixo Rio-São Paulo. Impede ainda a circulação pelo Brasil da produção cultural, artística e informativa que se faz em todo o território nacional.

“IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” – São questões subjetivas que necessitam de fóruns amplos de discussão capazes de calibrar o que se veicula pela mídia com o nível sociocultural e de valores alcançado pela população num determinado momento histórico. A existência do órgão regulador plural e democrático será um passo nesse sentido.

Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/103/as-grandes-democracias-levam-a-serio-o-direito-humano-a-informacao-3839.html>

Em Foco V

Saída pela esquerda

Enquanto ainda se discutem os significados dos protestos dos dias 13 e 15 de março, movimentos e segmentos sociais que apoiaram a reeleição de Dilma Rousseff lutam para que o governo tome um rumo distinto do sugerido neste início de segundo mandato

Por Por Vinicius Gomes

Na última sexta-feira (13), os gritos eram pela reforma política, contra a perda dos direitos trabalhistas e em defesa da Petrobras. Dois depois, centenas de milhares em algumas das principais cidades brasileiras bradavam contra a corrupção, pelo impeachment da atual presidente do país e muitos defendendo uma nova intervenção militar no país – estes estavam longe de ser a maioria, mas não eram tão insignificantes como muitos querem fazer crer. Por fim, ambos episódios mostraram que, quatro meses e meio depois das eleições, parte da sociedade parece continuar com o clima de acirramento que caracterizou a disputa presidencial de 2014.

Um dos pontos-chave sugerindo a validade da tese do terceiro turno no país é o estado de São Paulo. Na esteira da polêmica sobre o “um milhão de pessoas na Avenida Paulista”, número calculado pela Polícia Militar paulista, o Datafolha divulgou que 82% das 210 mil pessoas que o instituto estima terem passado pelo local disseram ter votado em Aécio Neves no segundo turno das eleições do ano passado. No dia 13, 71% afirmaram ter votado em Dilma Rousseff. Porém, a principal motivação de ambas manifestações, e a consequente resposta do governo federal são os fatos mais sugestivos. A defesa dos direitos trabalhistas (25%) e o protesto contra a corrupção (47%) foram as bandeiras principais nos dias 13 e 15, respectivamente. Dilma Rousseff, na segunda-feira (16), confirmou a criação de um “pacote contra a corrupção” e voltou defender a política econômica do governo e as medidas de austeridade.

Estará o governo ouvindo apenas o dia 15 e negligenciando a demanda da parcela fundamental que a reelegeu em outubro passado? E, se assim o for, a ideologia da classe média, majoritária no dia 15, poderá ser abraçada pelas classes mais baixas e as que ascenderam nos últimos anos, principalmente durante a gestão de Lula?

As motivações do 15M brasileiro

A primeira vez que cunharam um movimento com a denominação “15M” – referência à data 15 de março – foi na Espanha, em maio de 2011, quando as ruas de diversas cidades espanholas foram tomadas por cidadãos descontentes com a política neoliberal adotada pelo governo do PSOE (Partido Socialista dos Trabalhadores da Espanha, sigla em espanhol), originalmente de centro-esquerda, jogando o país em uma enorme recessão econômica e caos social. Das ruas tomadas no 15M, surgiu o partido Podemos, uma sigla à esquerda. Assim sendo, qualquer semelhança entre os “15M” espanhol e brasileiro é, de fato, mera coincidência.

De acordo com o Datafolha, além da corrupção, as principais motivações dos manifestantes paulistanos no último domingo foram o impeachment de Dilma (27%), protestar contra o PT (20%) e contra os políticos em geral (14%). Todavia, os dados mais interessantes residem no perfil dos manifestantes: 74% participavam de um protesto pela primeira vez na vida e 41% declararam ter renda familiar de mais de 10 salários-mínimos.

Diante da questão se de fato era apenas a classe média protestando ou se a insatisfação deste segmento já chegava até outros extratos econômicos, o sociólogo Rudá Ricci afirma que a ideologia da classe média, especialmente a paulista, se espria, mas ainda se concentra em quem votou em Aécio. “A crise econômica piorada pela recessão do pacote de Dilma Rousseff ainda está fazendo suas vítimas. O caldo pode engrossar, mas pelos dados de perfil dos manifestantes ainda não engrossou”, diz.

Para Francisco Fonseca, cientista político e professor na Fundação Getúlio Vargas e na Pontifícia Universidade Católica, ambas de São Paulo, os manifestantes do domingo tinham um perfil claramente conservador, alguns sendo de extrema-direita, membros de uma classe média constituída em grande parte por profissionais liberais. Porém, para ele, a maior marca da manifestação era o baixo grau de politização daqueles que foram às ruas. “As pessoas do dia 15 têm, de modo geral, um perfil individualista, despolitizado e com uma visão de política bastante primária, tanto que mais de 70% dos que estavam lá [na Avenida Paulista] iam pela primeira vez na vida a uma manifestação e com uma pauta extremamente ampla e sem um objetivo específico”, afirma Fonseca.

O cientista político dá como exemplo a pauta do combate à corrupção no atual sistema político, discutida de forma a não se combater suas causas, em especial o financiamento privado de campanha. “Os próprios organizadores são *outsiders* da vida política brasileira, não têm visão do que é política” argumenta. Todavia, Fonseca alerta para os “inocentes úteis” das chamadas “classes médias ascendentes”, cujo papel das políticas governamentais como o ProUni, a valorização do salário-mínimo, a ampliação e consolidação do mercado interno, a extensão do crédito (produtivo e ao consumidor) é crucial para sua ascensão.

Esses grupos, genericamente chamados de “classe C”, tendem a reproduzir o discurso de valorização do mérito individual, esquecendo-se que sua ascensão é resultante da vontade política, consolidada em políticas públicas. Daí deriva o perigo do discurso das classes médias tradicionais e das elites se “popularizarem”, invertendo o que Fonseca considera como tendência reformista incremental de centro-esquerda representada – embora de forma bastante contraditória – pelo petismo, em prol do conservadorismo de uma “nova direita”.

Segundo Gilberto Maringoni, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e ex-candidato ao governo paulista pelo Psol, a direita está atingindo sucesso em hegemonizar um descontentamento difuso com o governo federal e a culpa seria do próprio governo. “As pesquisas indicam que a classe média foi majoritária nos atos de domingo. Mas esse setor só ganhou musculatura porque a piora das condições de vida se generaliza”, afirma. Ele sugere que a série de medidas tomadas após a reeleição, principalmente a elevação dos juros e o ajuste fiscal, podem minar a esquerda de uma forma geral. “A percepção de que a vida piorou e vai piorar começa a transformar a decepção em raiva. Para a maioria, a esquerda é responsável pela situação, pois, em tese, quem governa é um partido de esquerda. Quem ganha força é a direita golpista.”

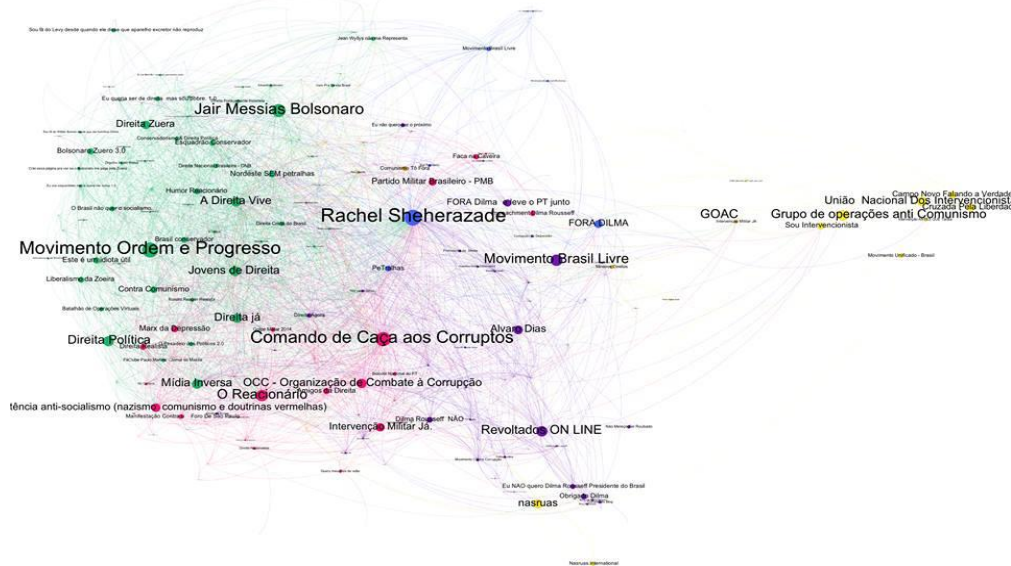
As redes e a mídia

O papel da mídia tradicional na cobertura dos protestos de domingo foi contestado por muitos. Em uma atitude incomum, a *Folha de S.Paulo*, por exemplo, deu o “serviço” dos protestos do dia 15, orientando seus leitores. Mas as principais críticas recaíram sobre a Rede Globo e seu canal de TV fechada, a Globo News.

Rodrigo Vianna, autor do blogue O Escrevinhador, detalhou o *modus operandi* da emissora. “A tática foi muito clara: de manhã, manifestações fracas Brasil a fora (com exceção de Belo Horizonte e Brasília) serviram pra Globo fazer o 'esquentar' para a tarde. O que interessava era um “show” na tela, pra animar a paulistada a sair de casa. O Esporte Espetacular da Globo era interrompido a cada dez minutos para 'giros de repórteres', descreve. “A Globo é o centro do golpe. Põe gente nas ruas, sim – especialmente em São Paulo, Brasília. No Rio, põe menos. A Globo tem força, mas o #globogolpista e o #famíliaMarinhonoHSBC comandando as redes sociais mostram que a direita não vai dar um passeio.”

Na opinião de Fonseca, o desserviço à democracia que o aparato de emissoras de rádio e televisão – que são concessões públicas, nunca é demais lembrar – e os grandes jornais e revistas fizeram e fazem ao país é elemento crucial para a constituição da visão despolitizada de parte dos manifestantes. Assim, o “interesse de classe”, que motiva defesa de privilégios, se manifesta junto com a despolitização generalizante, na incapacidade de reflexão (senso comum) e na insolidariedade social. O cientista político cunhou os manifestantes como “filhos da mídia”. “Apesar do processo organizacional ter sido realizado por alguns *outsiders* (Movimento Brasil Livre e Revoltados Online), as manifestações de domingo foram conclamadas, infladas e coordenadas pelos grandes meios privados de comunicação, principalmente o Sistema Globo de Comunicação”, pontua Fonseca.

“A mídia tradicional pertence à classe dominante. Não há nada de novo em seu comportamento: ela não apenas apoia, como convoca as manifestações”, alfineta Maringoni. Entretanto, assim como ocorreu durante a corrida presidencial em 2014, as redes sociais têm sido a principal ferramenta desses *outsiders*, que servem tanto para a direita, quanto para a esquerda. Um dos principais nomes no mapeamento de redes sociais é o professor Fábio Malini, da Universidade Federal do Espírito Santo. Ele criou uma fanpage que, durante três meses, curti apenas páginas associadas à crítica política conservadora. Em seguida, usando o Netvizz (plugin do Facebook), solicitou que o sistema identificasse, em cada uma dessas fanpages, quem elas seguiam. O resultado é o mapa abaixo.



Segundo o pesquisador, o movimento 15M no Brasil foi composto por um conjunto de 360 páginas, cuja marcação editorial era delimitada em propagar o anticomunismo (rede verde), o combate à corrupção e intervenção militar (rede vermelha) e a mobilização de rua para protestos (rede roxa e azul). A rede verde é formada por fanpages que constituem seus valores de defesa da família, do livre mercado e da moral e bons costumes; a rede vermelha tem vocação mais militarista, com uma mistura de princípios patrióticos e de profunda negação do comunismo e petismo. Por sua vez, as redes roxas e azuis, menos densas dada a sua condição de novata, são formadas pelos principais articuladores do 15 de março, como Movimento Brasil Livre e Revoltados Online.

Em um de seus mapeamentos mais famosos, sobre as páginas que clamavam por violência policial, linchamentos, morte de “esquerdistas” e novo golpe militar, notou-se uma associação dessas páginas com outras como “Dilma Rousseff Não” e “Movimento Contra Corrupção”, ou seja, páginas que se colocam no campo da direita mais reacionária do país. Malini argumenta que, com o aparente fracasso no controle da corrupção, alimenta-se a despolitização, que é o combustível para essas páginas de ódio. Porém, o pesquisador também argumenta que a despolitização não é apenas um processo produzido pelos “repressores”, mas por sucessivos governos mergulhados em escândalos e que são tecidos por relações políticas cínicas em nome da governabilidade.

Fonte: <http://revistaforum.com.br/digital/especial/saida-pela-esquerda/>

Espaço Aberto I

Para além da redução da maioridade penal

Roberto Bassan Peixoto*

Numa sociedade onde o fetiche da mercadoria ocupa lugar central, o culto do aprisionamento, da tolerância zero, da xenofobia, do medo e da generalização da segurança¹ e, ainda, um momento atual onde assistimos parte das manifestações a partir das “sacadas gourmet” com painéis em aço inox, discursos retrogradados de retomada de um Estado de excessão em detrimento da democracia, e surgimento de práticas justiceiras reforçadas por figuras públicas ala Bolsonaro’s, fica cada vez mais difícil argumentar e convencer contrariamente a redução da maioridade penal.

Seja numa mesa de bar entre amigos, em casa enquanto veem novela ou mesmo nos momentos de militância em eventos na area de direitos humanos de crianças e adolescentes, os ecos pelo fortalecimento do atual Estado Penal, punitivo e segregador, soam com mais força e estardalhaço.

Continuamos em luta, é preciso ter coragem para não baixar a guarda e não retroceder em nome dos que tem, cotidianamente, seus direitos violados. Mas é preciso ter cuidado para não recair em uma defesa romantica do Estatuto da Criança e do Adolescente, como se a lei por si fosse capaz de mudar uma realidade de práticas históricas, como foi a esperança de alguns. Há então uma necessidade de se munir com dados, estudos, construções afirmativas que demonstrem que há de fato uma omissão por parte do sistema de justiça juvenil, poder executivo e legislativo, reforçando a lógica de um Estado Penal.

Mas porque ir da discussão da redução da maioridade penal a omissão do poder público, ora, estamos vivenciando um “faz de conta” perigoso. Acabamos de aprovar uma lei de execução de medidas socioeducativas², e ainda anterior, a resolução do Conanda³, e ainda assim não houve mudanças efetivas nas práticas. Ainda assistimos o aprisionamento dos adolescentes e jovens pobres, por atos infracionais de natureza leve, unidades de internação com mais de 300 adolescentes, onde deveria haver no máximo 90, sem falar das medidas socioeducativas em meio aberto com “práticas cartoriais” sem intervenções técnicas, e muito menos entrar no mérito do caráter pedagógico das medidas socioeducativas.

O que pode parecer uma confusão de ideias ao misturar redução da maioridade penal com a perspectiva ideal de execução das medidas socioeducativas, na verdade é só mais uma das inquietações que podem reforçar o argumento positivo da redução da maioridade penal, ou seja, se o sistema não funciona, que vá para o sistema penitenciário, claro, muita sabedoria ai, temos aqui no Brasil um grande modelo de política pública de prisão(SIC). Ambos os sistemas produzem injustiça ao invés de justiça, mas o modelo penitenciário é ainda mais perverso.

O que nos resta então, de argumento? É preciso primeiro saber para que se pretende a redução da maioridade penal, onde se baseiam os argumentos calorosos a favor dessa medida. Porque se o objetivo é a redução da violência e do cometimento de atos infracionais é importante salientar que não há uma correlação entre a idade e o cometimento de delitos, e é mito afirmar que adolescentes cometem mais crimes que adultos, pelo contrário, em números absolutos e proporcionais há muito mais casos de violência e crimes cometidos por maiores de 18 anos do que por menores. Muitos estudos no campo da criminologia e das ciências sociais têm demonstrado que NÃO HÁ RELAÇÃO direta de causalidade entre a adoção de soluções punitivas e repressivas e a diminuição dos índices de violência.

1 Corroborar-se das mesmas afirmações contidas no livro “Entre Proteção e Punição: O controle sociopenal dos adolescentes”, de Maria Liduina de Oliveira e Silva. – São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

2 Lei No. 12.594 de 18 de janeiro de 2012, Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

3 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi instituído primeiramente pela Resolução 19/2006 do CONANDA.

Se o objetivo é a punição mais eficaz dos autores de atos infracionais, é importante saber que há uma responsabilização dos adolescentes que cometem atos análogos a crimes. A partir dos 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado pelo ato cometido contra a lei, respondendo a medidas socioeducativas. Outra informação importante é de que menos de 10% dos adolescentes apreendidos no Rio de Janeiro em 2013 cometeram atos infracionais análogos a crimes de homicídios e violência contra outras pessoas (e refletem os dados nacionais), isso significa que a redução da maioridade penal pura e simples empurraria para o sistema carcerário um universo de 90% de adolescentes que hoje passam pela medida socioeducativa de internação, a mais gravosa. A definição do adolescente como a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos implica a incidência de um sistema de justiça especializado para responder a infrações penais quando o autor trata-se de um adolescente. A imposição de medidas socioeducativas e não das penas criminais relaciona-se justamente com a finalidade pedagógica que o sistema deve alcançar, e decorre do reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento na qual se encontra o adolescente.

Ainda temos ouvido alternativas de “especialistas” quanto a necessidade de é ampliar os estudos e discussões acerca do aumento do tempo da medida socioeducativa de internação, que hoje tem como limite máximo 3 anos. Nessa lógica são apontadas variáveis que levem em consideração a idade do adolescente (alternativas diferentes para quem tem 12 anos e para quem tem 16 ou 17 anos), e ainda a natureza do ato infracional cometido, não sendo assim uma mudança que afete todo o sistema de atendimento socioeducativo e sim a parcela de adolescentes que cometem atos infracionais com violência ou grave ameaça a pessoa, aumentar o tempo de internação para atos infracionais de natureza grave.

A questão é que, essa “pseudoalternativa”, continua agindo no efeito e não a causa. Reforça e atende aos clamores sociais de que a imposição de uma lei mais rígida pudesse influenciar na redução dos índices de violência. Tal possibilidade só reforça a atual lógica punitiva perversa, onde o que impera é a vontade de “dar o troco”, estigmatizar, segregar, sem olhar a quem.

Sabe qual a luta em curso, não se trata de uma posição contrária a redução da maioridade penal pura e simples, temos que sair do superficial. Não queremos enxergar que estamos falando da responsabilização penal de adolescentes e jovens pobres, parte excluída até classe trabalhadora, papureizada, que, muitas vezes, não serve nem para o exército industrial de reserva. Tem que haver mudanças de paradigmas, o que deve ser abordado é o controle social imposto, não só controle estatal, mas a serviço do capital, mediado pelas relações de poder estabelecidas pelo capital, o Estado e a sociedade, estamos falando de regulação e dominação, reprodução da lógica do capital, se ainda ficarmos inventando alternativas, só estaremos a serviço.

Para a luta é preciso armas, assim recomendo alguns dados e novos argumentos:

<http://jus.com.br/artigos/1650/a-idade-e-as-razoes>

<http://www.ajuris.org.br/2013/04/16/idade-penal-uma-reflexao-necessaria-por-joao-batista-costa-saraiva/>

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/idade_penal/idadepenalii.pdf

<http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>

<http://18razoes.wordpress.com/quem-somos/>

* Sociólogo e Mestre em Organizações e Desenvolvimento pelo Centro Universitário - FAE, em Curitiba-PR(2011), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2004). Atualmente é Doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Espaço Aberto II**Rio de Janeiro: 450 anos de extermínio do povo negro****Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca***

*“Mais um dia se passou e a mídia não noticiou
O genocídio que acontece nas favelas do Brasil
(...)
Favelado vê no seu dia a dia a truculência da pm
Que mata do nada, à revelia
Nem crianças se livram da violência policial
Menor preto leva dura, suspeito em potencial
Pistola que foi plantada explica o tiro no menino
A família quer justiça, mas é só mais um pretinho.”
(Nunca esqueceremos: Cláudia e Patrick – Helen Araujo)*

Há aproximadamente um ano atrás, Cláudia Ferreira da Silva (38 anos), mulher negra, tinha seu corpo *acidentalmente* arrastado pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, preso à um camburão da polícia militar, após ser baleada, quando saía de casa para comprar pão, no Morro da Congonha, em Madureira⁴. No mesmo mês, dias depois, o dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, foi morto na favela Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, também pela polícia militar⁵. Três meses depois, o menino Luis Felipe, de 3 anos, foi morto com um tiro na cabeça enquanto dormia com sua mãe, durante uma operação da polícia militar na favela onde morava, em Costa Barros⁶. Passados cerca de seis meses, o menino Patrick Ferreira Queiroz, de 11 anos, foi morto com um tiro de fuzil, em uma operação da polícia militar, no Complexo do Lins⁷. Três meses depois, o menino Eduardo de Jesus Ferreira, 10 anos, foi morto na frente de sua mãe, durante operação policial no Conjunto de Favelas do Alemão⁸.

Os assassinatos lembrados acima, apesar de terem tido repercussão midiática e terem gerado diversos protestos no seio da sociedade civil, não são casos isolados, e na realidade são poucos diante do que acontece nas favelas cariocas a grande mídia não divulga: segundo os cálculos do movimento *Favela Não Se Cala* (formado por moradores de favelas da cidade) já foram mortas esse ano pela polícia – apenas no Complexo do Alemão – 53 pessoas, o que significa uma média de 18 assassinatos por mês. Tais casos são apenas expressões de uma política de extermínio sistemática, que teve início na escravidão e se perpetua até os dias atuais: o genocídio do povo negro no Brasil.

A política de genocídio negro se tornou formalmente sistemática, explícita e prioritária para o Estado brasileiro logo após a Abolição, apesar de já existir de forma difusa desde o período colonial, e de forma institucional⁹ durante todo o Império, sendo parte fundante de nosso Estado.

4 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>

5 <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/03/policia-indicia-policial-de-upp-pela-morte-do-dancarino-dg-ha-dez-meses.html>

6 <http://extra.globo.com/casos-de-policia/crianca-foi-baleada-em-costa-barros-enquanto-dormia-morte-gerou-protesto-violento-13012470.html>

7 <http://oglobo.globo.com/rio/conduta-de-policiais-militares-envolvidos-na-morte-de-menino-de-11-anos-no-lins-investigada-15068638>

8 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rost-do-pm.html>

9 Não posso deixar de ressaltar aqui toda a política estatal de repressão, encarceramento, punição e extermínio de negros nas inúmeras revoltas escravas dos séculos XVIII e XIX no Brasil, e de todo o aparato legal criado para legitimá-las,

Abdias do Nascimento, ainda na década de 1980, denuncia mais de um século de genocídio estatal sistemático do povo negro, e nos permite compreender o alcance das políticas públicas utilizadas para atingir esta finalidade, que transcendeu todos os governos de nossa república. A principal delas, regente de todas as outras, é a chamada política de embranquecimento da população, na maiorias vezes descaracterizada como estratégia de genocídio. Tal política, persistente durante toda a história do Brasil, possui diversas estratégias e se manifesta em vários âmbitos, que vão desde o incentivo estatal à imigração europeia iniciado no século XVIII e mantido oficialmente até o final do século XX, à exclusão total do povo negro, através da apropriação cultural, do processo de aculturação e de retirada de identidade (produzida também pelo apagar de todo e qualquer passado histórico do povo negro e sua relação com a África), do encarceramento em massa e da negação total de direitos e de acesso aos serviços públicos mais essenciais.

Neste sentido, temos exemplos que atravessam a história e os governos, os quais não nos cabe demonstrar aqui de forma minuciosa. Entretanto, é importante ressaltar que a política de genocídio era tão explícita no início do século passado, que devido às políticas imigratórias adotadas para que recebêssemos apenas pessoas brancas em nosso país¹⁰, diversas previsões de extinção da raça negra no Brasil foram anunciadas, inclusive no plano internacional. Exemplo disso, é o caso da previsão feita por João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano no *Primeiro Congresso Universal de Raças*, em Londres no ano de 1911: até o ano de 2012 a raça negra teria desaparecido completamente do Brasil, devido ao processo de redução étnica aqui instituído¹¹.

A continuidade desse processo fica clara durante todo o século XX, quando, por exemplo, Getúlio Vargas assina em 1945, o Decreto-Lei nº 7967, regulando a entrada de imigrantes de acordo com a *necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia*¹². A ditadura empresarial-militar continuou explicitamente tais práticas, ao exercer a política de estimular a imigração de racistas brancos expulsos das então recém liberadas colônias da África, e claro, ao inflar todo o aparato repressivo e criminalizante que incide historicamente sobre as classes subalternizadas e ainda mais fortemente sobre os negros.¹³

Neste contexto, podemos melhor interpretar os alarmantes dados do século XXI (ainda mais se pensarmos nos casos que nem chegam a registro): em 2008, jovens negros tinham 138% mais chances de morrer de forma violenta que jovens brancos na mesma faixa etária¹⁴; todos os dias 82 jovens negros são assassinados no Brasil; em 2012, **56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil, destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros**¹⁵; a ONU aponta um aumento de 500% nas mortes executadas por grupos de extermínio no Estado da Bahia nos últimos 20 anos, sendo 99% das vítimas, negras; há também um subnotificado número de jovens negros desaparecidos forçadamente¹⁶, sequelados por projétil de arma de fogo desferidos pelo braço armado do Estado ou ainda vitimados pelo encarceramento em massa de negras e

sobretudo no Período Regencial. Importante também lembrar que o braço repressivo do estado, já era nessa época a Polícia Militar, a mesma instituição responsável pelos casos citados no parágrafo anterior. Para mais: MALAGUTI BATISTA, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

10 "Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho...(...) excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos.". NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Pg. 71.

11 *Ibidem*, pg. 72.

12 *Ibidem*, pg. 71.

13 *Ibidem*, pg. 71

14 Dados retirados do Mapa da Violência de 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/docs/MapaViolencia2010.pdf>

15 Dados retirados da Campanha Negro Vivo da Anistia Internacional de 2015. Disponíveis em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>

16 Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), o estado do Rio de Janeiro tem mais de 6 mil desaparecidos apenas entre 2012 e 2013. Desde o primeiro ano do governo Sérgio Cabral (que instituiu as UPPs), as estatísticas do ISP (órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do próprio governo do Rio de Janeiro) apontam quase 40 mil desaparecidos. Tais dados, além de oficiais, foram amplamente divulgados por agências de notícias na Internet, após o caso Amarildo, e não houve nenhum pronunciamento contrário por parte do governo, no sentido de desmenti-los, como podemos observar em <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-tem-mais-de-6-mil-desaparecidos-entre-2012-e-2013,fed5516b96074410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

negros. Segundo dados da Justiça Global, pelo menos 60% dos homicídios são cometidos por policiais e estes integram também milícias e grupos de extermínio, responsáveis por um alto número de assassinatos¹⁷.

Importante destacar ainda, que, segundo o Mapa da Violência de 2014, efetivamente, entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%, enquanto que entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas, ou seja, há um crescimento de 38,7%. Em 2002, morreram proporcionalmente 73% mais negros que brancos, e em 2012, esse índice sobe para 146,5%. A vitimização negra, no período de 2002 a 2012, mais que duplicou¹⁸.

Apesar dos números alarmantes de violência física, como todo o genocídio, não trata-se apenas de extermínio físico, material, de morte. Tal política engendra-se também pelos campos cultural e científico, não partindo apenas do Estado restrito – entendido em termos gramscianos –, possuidor do aparato repressor cuja principal manifestação se dá através das ações da polícia militar. A política genocida voltada contra o povo negro engloba de maneira igualmente violenta aparelhos da sociedade civil, levando a cabo uma política de silenciamento e apagamento do povo negro em diversos espaços, confirmando, ressignificando e reproduzindo a lógica racista inerente à hegemonia burguesa. Essa política de genocídio cultural perpetuada pelos diversos aparelhos de hegemonia anda de mãos dadas com a repressão policial, posto que ambas servem para conservar e promover um determinado modo de vida e de organização social, ainda que o modo de encaminhar essa conservação varie nos dois casos, alternando entre soluções de força e de convencimento¹⁹.

Neste sentido, por exemplo, o conhecimento produzido por pessoas negras na Academia é invisibilizado, silenciado, e constantemente apropriado por pessoas brancas. Intelectuais negros importantíssimos são preteridos nas grades curriculares das escolas e cursos superiores, e seus livros encontram muita dificuldade de serem publicados (quando são publicados). A epistemologia comumente adotada pela produção de conhecimento nas universidades e pós-graduações é a branca, na maioria das vezes liberal, e a epistemologia afrocentrada é afastada. Aqui se faz presente a afirmação radical de Walter Benjamin, ao apregoar que “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante”.²⁰

Apesar de certas medidas provenientes da sociedade política, como as cotas nas Universidades Públicas, o aumento de vagas reservadas nos cargos públicos e a lei 11.645/08 – que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e do povo indígena nas escolas de ensino fundamental e médio –, tais lugares continuam nos dizendo, desde muito cedo, que não devemos estar lá. O alto número de evasão escolar entre alunos cotistas é a prova mais visível de um processo subjetivo muito difícil de ser medido em números. Ainda há uma resistência muito grande a toda a política de cotas, sobretudo na pós-graduação (onde é encontrado um largo número de pessoas contrárias), e todas as políticas afirmativas pensadas apenas sobre o prisma de reparação histórica ao povo negro – ainda vítima de genocídio – foram refutadas e ligadas à condição socioeconômica.

A apresentação destes dados não é capaz de apreender o cotidiano de dor, violências, morte e destruição no interior desta realidade genocida. A nossa humanidade, o Direito à Humanidade para negras e negros no Brasil ainda é cotidianamente negado.

O avanço do desenvolvimento capitalista no Brasil, da Abolição até aqui, molda as diferentes facetas do extermínio de nosso povo, quase imperceptível às camadas médias, devido à hegemonia branca nesse sistema. A reorganização do capital financeiro na cidade, impulsionada pelos Megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), acelerou ainda mais o extermínio do povo negro e reinventou antigas formas de operá-lo, como as remoções de várias favelas e a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que ocupam o território historicamente construído pelo povo negro, ampliam a repressão estatal à cultura e aumentamos desaparecimentos forçados e as justificativas para os frequentes assassinatos, como o ressurgimento das

17 Dados retirados da Campanha *Reaja ou será mort@*. Disponíveis em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

18 Dados retirados do Mapa da Violência de 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

19 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (vols. 2, 3, 4). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, *passim*.

20 BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012, pág. 245.

ditas mortes por “autos de resistência”.²¹ Além disso, vivenciamos através de todo esse processo, a destruição de nossos locais de memória, como toda a Zona Portuária, antigos terreiros e quilombos.

Apesar do cenário de barbárie, no último dia 20 de março, a continuidade e a persistência de tal genocídio fora finalmente denunciada na Organização dos Estados Americanos (OEA), pela rede *REAJA ou será mort@*, articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, criada em 2005 e articulada nacionalmente com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio.²² Além disso, a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil foi criada e empossada no último dia 6 de fevereiro, e a Comissão Estadual iniciou seus trabalhos no dia 31 de março, o que traz novas esperanças para esse começo de século XXI.²³ A importância do reconhecimento internacional de 450 anos de extermínio contínuo do povo negro no Brasil é evidente, mas poderá nos trazer, sobretudo, novas formas de combatê-lo e conquistar reparação e preservação de nossa memória, nossa história e nossa cultura ainda destruídos cotidianamente, além de ser o início para algum caminho de diminuição da desigualdade racial.

Entretanto, apesar dessas duas recentes conquistas fruto da luta e da resistência do povo negro brasileiro, sofremos mais uma ameaça: apesar dos inúmeros dados produzidos cotidianamente que indicam, dentre outras coisas, a falência do sistema penitenciário em todo o mundo, diante do clamor punitivo das camadas médias e do crescimento da bancada conservadora presente no Parlamento brasileiro, no último dia 31 de março, fora aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC 171/93) que pretende reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, o que além de ir contra a Constituição de 1988, agravará (caso seja aprovada) ainda mais o grau de extermínio da juventude negra.

Nossas crianças são historicamente as principais vítimas da violência em nosso país, mas são acusadas de serem os principais autores dessa mesma violência ou seja, são criminalizadas diariamente.²⁴ Diante do avanço do conservadorismo e da barbárie, nossa luta e resistência não param: uma Frente Nacional já está sendo articulada para tentar barrar mais essa tentativa de retrocesso na libertação do povo negro no Brasil, e mais esse avanço das classes dominantes genocidas.²⁵

Bibliografia:

21 Dados do IPEA, utilizados em matéria da ALERJ, de 2010, mostram que, em 2000, foram registrados 427 autos de resistência e, em 2007, foram 1.330, e que em 2010, chegamos a registrar 3 mortes por dia. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=30645

22 Para mais informações sobre a campanha Reaja ou será mort@, acessar :<http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

23 Para mais informações a respeito das Comissões da Verdade sobre a Escravidão Negra: <http://www.oab.org.br/noticia/28065/comissao-da-verdade-da-escravidao-negra-toma-posse-na-oab-nacional> e <http://site.oabrj.org.br/noticia/90382-comissao-estadual-da-verdade-da-escravidao-negra-toma-posse-no-rio>

24 Segundo dados reunidos por diversas entidades da sociedade civil e política no movimento *18 razões*: “Até junho de 2011, cerca de 90 mil adolescentes cometeram atos infracionais. Destes, cerca de 30 mil cumprem medidas socioeducativas. O número, embora considerável, corresponde a 0,5% da população jovem do Brasil que conta com 21 milhões de meninos e meninas entre 12 e 18 anos.

Os homicídios de crianças e adolescentes brasileiros cresceram vertiginosamente nas últimas décadas: 346% entre 1980 e 2010. De 1981 a 2010, mais de 176 mil foram mortos e só em 2010, o número foi de 8.686 crianças e adolescentes assassinadas, ou seja, 24 POR DIA!

A Organização Mundial de Saúde diz que o Brasil ocupa a 4ª posição entre 92 países do mundo analisados em pesquisa. Aqui são 13 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes; de 50 a 150 vezes maior que países como Inglaterra, Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, Egito cujas taxas mal chegam a 0,2 homicídios para a mesma quantidade de crianças e adolescentes.

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país.” Para mais informações: <https://18razoes.wordpress.com/quem-somos/>

25 A Frente Estadual Contra a Redução da Maioridade Penal já está organizada e realizando diversas atividades para reunir e conscientizar os que mais sofrem com o avanço do genocídio e tentar ganhar mais espaço nesta batalha de ideias. A Frente já conta com o apoio de estudantes, professores, militantes e diversas instituições da sociedade civil e política, e está reunindo esforços técnicos e sociais para tentar evitar que tal proposta vire emenda constitucional. Para apoiar a iniciativa ou obter mais informações: <https://www.facebook.com/contrareducaomaioridadepenalrj?fref=ts>

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de História". In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (vols. 2, 3, 4). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

MALAGUTI BATISTA, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>

<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/03/policia-indicia-policial-de-upp-pela-morte-do-dancarino-dg-ha-dez-meses.html>

<http://extra.globo.com/casos-de-policia/crianca-foi-baleada-em-costa-barros-enquanto-dormia-morte-gerou-protesto-violento-13012470.html>

<http://oglobo.globo.com/rio/conduta-de-policiais-militares-envolvidos-na-morte-de-menino-de-11-anos-no-lins-investigada-15068638>

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rostro-do-pm.html>

http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=30645

<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/docs/MapaViolencia2010.pdf>

<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

<http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html><http://www.oab.org.br/noticia/28065/comissao-da-verdade-da-escravidao-negra-toma-posse-na-oab-nacional>

<http://site.oab.rj.org.br/noticia/90382-comissao-estadual-da-verdade-da-escravidao-negra-toma-posse-no-rio>

<https://18razoes.wordpress.com/quem-somos/><https://www.facebook.com/contrareducaomaioridadepenalrj?fref=ts>

<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-tem-mais-de-6-mil-desaparecidos-entre-2012-e-2013,fed5516b96074410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

* Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista de iniciação científica da FAPERJ do Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC.

Espaço Aberto III

Burguesia: Um Caso Literário de Neurose Obsessiva, Fruto da Ilusão de um Futuro.

Rafael Corrêa Pinheiro*

Dr. Freud,

O envio desta breve mensagem foi ensejado por um estado íntimo de desconforto com o qual não tenho conseguido conviver. Todavia, o objeto sobre o qual necessito de esclarecimentos não são minhas emoções, mas sim o que as construiu. Um paciente trouxe relatos e questões relativas à sua vida pessoal em busca de suporte para autoconhecimento. Porém, observo que pode se tratar de um caso grave de neurose obsessiva. Todavia, Doutor, um caso de neurose em um paciente com o perfil antitético ao que sempre foi proposto pelo senhor em seus textos. Os mesmo sintomas e possíveis causas estão ali contidas em um paciente que, em vez de ser o clássico neurótico (oprimido com ânsias revolucionárias, antissociais, contra o processo civilizatório), está muito próximo do nosso perfil, e que assim o classificamos. Como, Doutor? Somos nós, na verdade, o estereótipo do clássico neurótico? Nós, em verdade, que criamos rituais para conviver com pensamentos perturbadores e infundados, sentimos-nos perseguidos por não condizer nossas projeções à realidade, com origem em um trauma infantil? Quais são nossos recalques?!

Por motivos de privacidade e para que em meu relato não haja qualquer tipo de restrições inconscientes, tratarei o meu paciente pelo codinome “burg.”. Ao longo da descrição do paciente e de seus relatos, colocarei minhas dúvidas, questionamentos e apontamentos, para que, assim, o senhor compreenda, inclusive, os processos mentais que ocorrem em meu foro íntimo e tanto me afligem. Assim foi e está:

O que trouxe “burg.” ao meu consultório, ao contrário dos outros pacientes comuns que trazem consigo aflições já antigas, foi, segundo ele, a necessidade de apoio e autoconhecimento. Durante os últimos meses do ano que se passou, um importante evento se impôs sobre sua vida pessoal e, por mais que esse evento ocorra obrigatoriamente com regularidade e sob suas rédeas, peculiaridades materiais o exauriram. Tratou-se do planejamento de reorganização de sua empresa, que ocorre regularmente de 4 em 4 anos. Essa empresa por ele comandada é passada de geração em geração de sua família, é de tradição, grande porte – porém, ainda se encontra em estágio de desenvolvimento –, carrega consigo histórias que a singularizam no cenário internacional, contudo, a estrutura geral, o *modus operandi*, é qualitativamente o mesmo de suas concorrentes.

Bom, a empresa de “burg.” é grande, indo do setor agrário ao capital financeiro, reconhecida internacionalmente pela sua produção e história, portanto, por mais que ele esteja convicto que tudo se sairia melhor tendo todas as decisões centradas e concentradas em si, “brug.”, – em gerações anteriores assim ocorreu e milagres econômicos geraram anos dourados para a companhia – ele promove eleições para a mudança dos sócios administradores de 4 em 4 anos. Assim, segundo ele, não há problemas de ordem diplomática e é dada a chance dos próprios funcionários se sentirem parte, “sócios”, melhorando sua produtividade. Nesse aspecto começa a se construir o quadro que me perturba, porém deixemos mais a frente, por motivos de coesão. Sob as palavras do Sr., Dr. Freud, essa própria estratégia do senhor “burg.” está justificada:

Não há dúvida de que alguém pode ter sido um plebeu infeliz, atormentado por dívidas e pelo serviço militar, mas, em compensação, não deixava de ser um cidadão romano, com sua própria quota na tarefa de governar outras nações e ditar suas leis. Essa identificação das classes oprimidas com a classe que as domina e explora é, contudo, apenas uma parte de um todo maior. Isso porque, por outro lado, as classes oprimidas podem estar emocionalmente ligadas a seus senhores; apesar de sua hostilidade para com eles, podem ver neles os seus ideais.²⁶

Para que nada fugisse muito do seu controle, tendo em vista o caráter possivelmente explosivo deste evento eleitoral, “burg.” tem conseguido que cada camada de funcionários se sentisse representada por dois grupos de administradores de sua confiança: os “funcionaristas adesistas”, ligados diretamente aos setores de agroindústria e siderurgia, e os “apenas adesistas”, ligados ao capital financeiro majoritariamente. Cada um desses grupos de administradores tem em sua base os funcionários que para eles trabalham. Em poucas linhas, os “funcionaristas adesistas” conseguem fazer com que os que trabalham nos setores de sua administração os vejam como representantes reais de suas aspirações; conglobaram vários outros pequenos administradores – com suas ilusões neuróticas antissociais e não “adesistas” (leia-se: ao sistema dado) – à sua bandeira. Trate-se de uma questão de apassivar os neuróticos: “a internalização (*das proibições*) parece ter sido amplamente conseguida, se não levamos em conta a exceção desagradável dos neuróticos.”²⁷

Já os “apenas adesistas” aglomeram em si todos os funcionários beneficiados pelos seus setores e os que foram referidos acima como os “plebeus endividados” que se sentem parte da empresa por ter uma quota mínima de governo frente outros setores empresariais. Portanto, o senhor “burg.” com esse último setor não vinha tendo grandes problemas. Apenas com os “funcionaristas” houve algum desentendimento de onde deveriaser cortado algumas verbas, quais funcionários carregariam o preço de aderir ao sistema da empresa integralmente sem grandes transtornos: questões burocráticas para que cada grupo pudesse, através de um revezamento, agradar e desenvolver suas respectivas áreas dentro da ordem esperada pelo senhor “burg.”. Apenas por uma questão de defensores da neurose ainda se encontrarem na administração da empresa, alguns embates amigáveis foram travados. Se se tratasse de política, diríamos que esses seriam os socialdemocratas do século XVIII.

26 O Futuro de Uma Ilusão, FREUD, Sigmund:

http://portalgens.com.br/filosofia/textos/o_futuro_de_uma_ilusao_freud.pdf

27 Idem. Grifo não é do autor.

Todavia, o paciente se exauriu no evento da reorganização, pois o desgaste político dos “funcionaristas” que já estão há 12 anos na administração da empresa, gerou conflitos peculiares. Muito peculiares, que me levam, agora, à questão da neurose obsessiva.

Os neuróticos obsessivos, Doutor, referidos no sentido dos textos citados e outros de sua obra, têm como característica a hostilidade ao meio externo e onipotência de seus pensamentos torturante com sua mente. Ou seja, tornam-se reféns de seus pensamentos que o torturam e criam mecanismos de conviver com eles, mecanismos de defesa. Tornam-se reféns de seus recalques.

Isso motivado por um trauma infantil, que desassocia os mecanismos mentais das representações reais. Seus pensamentos, de certa maneira, seriam um falseamento da realidade, correto? O falecido neurótico Sr. Karl Marx formulou algo nesse sentido...

Isso deveria estar presente nos substratos mais oprimidos, Doutor! No que seria, portanto, o bloco de funcionários dos “funcionaristas adesistas”. Porém, o paciente me relatou que tem tomado providências para desestruturar os “funcionaristas” pelo “perigo” que eles têm criado a sua empresa, como uma classe perigosa:

A civilização pouco tem a temer das pessoas instruídas e dos que trabalham com o cérebro. (...) Mas a coisa já é outra com a grande massa dos não instruídos e oprimidos, que possuem todos os motivos para serem inimigos da civilização. (...) ou essas massas perigosas terão de ser muito severamente submetidas e com todo cuidado mantidas afastadas de qualquer possibilidade de despertar intelectual, ou então o relacionamento entre civilização e religião terá de sofrer uma revisão fundamental.²⁸

Que perigo, Doutor? Por se tratar de uma grande instituição, observo a conjuntura do que “burg.” relata e nada vejo de perigo a sua instituição. Ele em diversos momentos alegou “a existência de antissociais, rebeldes, apologistas da destruição da empresa; da inversão dos valores da empresa” dentro dos “funcionaristas adesistas”, como se eles tivessem deixado de aderir, de alguma maneira que seja, aos limites óbvios e intransponíveis de sua companhia. Os latifundiários reduziram os direitos trabalhistas de seus funcionários, a juventude negra continua, de maneira vitoriosa, a ser exterminada e enjaulada, assim como os reais neuróticos revolucionários antissociais, sem grande expressão.

Assim, Dr. Freud, vi que os sintomas como de estar refém de seus pensamentos onipotentes, medo obsessivo da realidade externa e elaboração de rituais para lidar com esses pensamentos, estão presentes em “burg.”²⁹ exatamente pelas suas formulações ilusórias (com “ilusórias” digo com alguma aspiração de que suas aspirações profundas se concretizem, como a da tomada centralizada de decisões, e não delirantes) de que estas características estariam presentes nos “funcionaristas”. Assim, com a vitória acirrada mais uma vez dos mesmos administradores, os “apenas adesistas” estão mais próximos e familiares diretamente do senhor “burg.” com camadas dispostas a delegar as decisões apenas ao senhor “burg.”. Um quadro de neurose obsessiva está instalado nos privilegiados – ao contrário do que sempre foi formulado, Doutor! – que projetam um medo absoluto sobre os “funcionaristas” que não existe; pelo contrário, contribuem sistematicamente para a (re)produção da empresa. Pergunto-me, qual foi o trauma? Tenho uma hipótese: talvez a presença de antissociais em ambientes antes exclusivos dos privilegiados tenha gerado um desgosto profundo no âmago de suas estruturas mentais e gerado um trauma profundo; talvez uma questão de recalque. Doutor, afinal, somos nós, os burgueses, os neuróticos obsessivos da contemporaneidade?

* Graduando em Direito pela UERJ e bolsista de iniciação científica UERJ no PROEALC.

28 O Futuro de Uma Ilusão, FREUD,

Sigmund: http://portalgens.com.br/filosofia/textos/o_futuro_de_uma_ilusao_freud.pdf

29 Duas histórias clínicas (O “Pequeno Hans” e o “Homem dos ratos”) FREUD, Sigmund: http://www.valas.fr/IMG/pdf/Freud_portugaisB_10-19_pdf.pdf

Espaço Aberto IV

Valor e crítica da centralidade do trabalho a partir de Moishe Postone³⁰: algumas considerações

Augusto Waga

O presente artigo não pretende – nem poderia – dar conta da dimensão da leitura de Moishe Postone acerca da crítica de Marx ao capitalismo em sua totalidade. Porém, procuramos pontuar, a título de uma agenda de pesquisa, os debates muito oportunos travados pelo autor. A começar por sua crítica do que chamou de “marxismo tradicional”³¹: um marxismo que centra sua crítica do capitalismo em uma concepção trans-histórica de trabalho, como os autores da Economia Política clássica.

Postone afirma que tal interpretação sugere que Marx teria mostrado que o trabalho gera valor (a partir da chamada “teoria do valor-trabalho”) e, assim, a burguesia se apropriaria do excedente produzido, a partir de uma apropriação e uma distribuição desigual da riqueza social. Assim, na esteira dessa visão, o socialismo se apresentaria como a supressão do mais-valor por uma forma social de apropriação coletiva do trabalho: em vez de uma sociedade de mercado, uma sociedade planificada, tendo como centralidade o Estado.

Postone critica radicalmente tal concepção, primeiro por se basear em uma crítica da distribuição da riqueza social, e não de sua produção. Marx afirma:

se produção e consumo são considerados como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante. O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva.

O mesmo se poderia dizer sobre a distribuição e a troca: são momentos particulares de um momento universal (a produção). Mais a frente, afirma: “juros e lucro, como formas de distribuição, subentendem o capital como agente da produção. São modos de distribuição (...) e, igualmente, modos de reprodução do capital”.³²

Postone aposta na crítica da teoria do valor até então formulada³³ para propor uma chave interpretativa do estranhamento da lógica do capital a partir do que chamou de “dominação abstrata”. Assim, a dominação particular do capitalismo não é *determinada* pelo domínio dos homens pelos homens, ou de uma classe por outra, e sim pela valorização do valor, que ordena toda a sociabilidade humana e, além disso, a domina a partir de seu caráter estranhado.

30 Postone é um teórico crítico cujas pesquisas buscam uma reinterpretação de Karl Marx, em especial dos Grundrisse. Para ele, o marxismo tradicional não relaciona as distinções entre valor e riqueza, assim como entre distribuição e consumo.

31 É sempre importante salientar que a variedade de interpretações, muitas vezes contrárias, a partir das interpretações da obra de Marx leva Netto a preferir a utilização do termo “marxismos”, entendidos como “vertentes diferenciadas e alternativas de uma já larga tradição teórico-política”, sem cair no ecletismo. O autor critica, assim, a institucionalização e dogmatização do “marxismo oficial” pela III Internacional. Netto, J. P. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 9.

32 *Ibid.*, p. 50

33 Tal crítica se assenta na formulação do duplo caráter da mercadoria a partir da interpretação do valor como mero equivalente de mercadorias, na troca. Assim, a crítica de Marx ao capitalismo se resolveria em um problema de distribuição, sem tocar nos fundamentos ontológicos da sociedade capitalista. Como Marx afirma: “a força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se se cristaliza na forma de um objeto...” Marx, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 73. Confunde-se, portanto, valor com o que o autor chamou de “valor-de-troca”.

Em outras palavras: o capitalismo possui uma lógica sistêmica, em que o todo não se separa das partes que o compõem, ordenada pela produção de valor, em que as vontades humanas, individuais e coletivas, não conseguem se expressar, uma vez que parece aos seres sociais que eles constroem voluntariamente a história. Na verdade, não se dão conta de que estão incluídos no circuito do valor, ou seja, em um circuito de dominação social que lhes é estranhado.³⁴

Assim, Postone propõe que a particularidade do modo capitalista de produção é ter o valor como centralidade de sua lógica sistêmica de dominação abstrata. Assim, o trabalho também só seria central no capitalismo, uma vez que “o trabalho é a forma mais fundamental de dominação naquela sociedade [capitalista] como uma forma estrutural abstrata e impessoal de dominação ocultada sob a dinâmica histórica do capitalismo.”³⁵

Desse modo, Postone critica a concepção trans-histórica de trabalho, como se este assumisse centralidade em todas as sociedades. Concordamos com Duayer quando afirma que a crítica ontológica de Marx significa a “crítica ao trabalho no capitalismo, e não a crítica do capitalismo sob o ponto de vista do trabalho”.³⁶

É importante, ainda, pontuar que dizer que a crítica de Marx ao capitalismo é a crítica do trabalho não significa que o trabalho por si só seja suprimível. Ao contrário: o trabalho é uma categoria fundante, ineliminável do ser social.³⁷ Sustenta-se, todavia, que a crítica ontológica de Marx é a “crítica à escravização de todos nós à dinâmica de nosso trabalho passado (...) fundada na centralidade do trabalho, em nossa sociabilidade como trabalhadores (...) que, caso não seja desarmada, torna supérflua a própria humanidade”³⁸.

* Graduando em Serviço Social pela UERJ e em Ciências Sociais pelo IUPERJ/UCAM.

Agenda Acadêmica

VI Seminário Nacional Sociologia & Política: "Releituras Contemporâneas: o Brasil na Perspectiva das Ciências Sociais"

Data: 20 a 22 de maio de 2015

Local: Curitiba (PR)

Link: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/programacao/>

O **Seminário Nacional Sociologia & Política** é um evento de atualização técnico-científica da área de Ciências Sociais, criado em Curitiba-PR no ano de 2009. Ele é organizado por uma equipe de professores e

34 “Marx caracteriza explicitamente o capital como substância em processo que é o sujeito. Ao fazê-lo, Marx sugere que um sujeito histórico no sentido hegeliano existe realmente no capitalismo, mas ainda assim ele não o identifica com nenhum grupamento social, como o proletariado ou a humanidade. Pelo contrário, Marx o analisa em termos da estrutura de relações sociais constituídas pelas formas de prática objetivante e apreendidas pela categoria do capital (e, portanto, valor)”. Postone, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 96.

35 Postone, *op. cit.*, p. 88.

36 DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*, n. 29, v. 10. Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

37 Lessa, S. Lukács: momento predominante e transição ao comunismo. *Novos Temas*, n. 5/6, 2011. Duayer (*op. cit.*) concorda com tal abordagem e chega a afirmar que difere da abordagem de Postone acerca “precisamente no que diz respeito à ontologia”.

38 Duayer, *ibid.*

alunos dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciência Política da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

As inscrições no evento, as submissões, o acompanhamento do andamento da avaliação dos resumos e o envio dos trabalhos completos serão realizados pelos Sistemas de Submissão e de Inscrição do evento.

Prazos:

Submissão de resumos (para pôster e apresentações orais): 07/11/2014 a 09/02/2015.

Divulgação dos Resultados (Resumos Aprovados): 09/03/2015.

Submissão de trabalhos finais (Apresentação Oral e Pôsteres): 10/04/2015.

Prazo para informar desistência: 17/04/2015.

Realização do evento: 20 a 22/05/2015.

VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)

Data: 25 a 28 de agosto de 2015,

Local: Cidade Universitária da UFMA

Link: http://www.joinpp.ufma.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=17&lang=br

A Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) tem o propósito estratégico de estimular a produção de conhecimento, a formação de recursos humanos e favorecer a troca de experiências entre instituições e pesquisadores, em âmbito nacional e internacional.

Em 2015 realizar-se-á a VII JOINPP, cujo tema é “PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: experiências e antecipações concretas”. Tema que conduz a pensar e agir Para além da grande crise atual, como tarefa herdada do socialismo científico, erige-se a possibilidade de retomada de utopias concretas, relativas aos sonhos acordados e tentativas emancipatórias dos proletários.

A grande crise global atinge as economias capitalistas, tanto no centro sob a primazia do capital-propriedade e a desvalorização do capital ativo, quanto na periferia reprimarizada, em que se desenvolve a vulnerabilidade externa e a desindustrialização.

Lançamentos

HARVEY, David. Os limites do capital? São Paulo, Boitempo Editora, 2014.

Sinopse:

O geógrafo britânico David Harvey é um dos pensadores mais influentes da atualidade, reconhecido por obras já consideradas clássicas, como *Os limites do capital*, publicado pela primeira vez em português, em versão revista e ampliada. Trata-se de uma análise profunda da história e da geografia do desenvolvimento capitalista, a partir de uma perspectiva marxista.

Publicado pela primeira vez em 1982, o livro lançou as bases para o projeto intelectual de Harvey – autor de vasta obra – e, como diz a economista Leda Paulani, no texto de orelha, é premonitório, pois, aqui, o autor tratou de temas que, “uma década depois, migrariam para o centro da arena, onde permanecem até hoje”.

Em *Os limites do capital*, Harvey une investigação sobre as dinâmicas espaciais do processo de urbanização, interpretação ambiciosa do legado de Marx e sensibilidade aguda para reestruturação econômica em curso. Na nova edição, o autor atualiza sua releitura da crítica da economia política de Marx, com uma discussão substancial em torno da conjuntura política global e da convulsão nos mercados mundiais hoje.

Os limites do capital constitui “leitura obrigatória para aqueles que buscam uma compreensão menos superficial da etapa avançada do capitalismo hoje em curso”, afirma Paulani. A obra é considerada peça fundamental para compreender o instigante pensamento de Harvey, com reflexões acerca de alguns de seus mais importantes conceitos como “ajuste espacial” e “acumulação por despossessão”. “A formação de geógrafo fez com que Harvey voltasse sua atenção não apenas para as questões do tempo, cruciais quando se entende que o capital é um movimento (o movimento de valorização), mas também para as questões do espaço, às quais os economistas são, em geral, cegos. Em síntese, Harvey iniciou, ainda no começo dos anos 1980, a investigação sobre como se articulam e como funcionam conjuntamente os diferentes modos de apropriação e de exploração, o sistema financeiro, o comportamento rentista e os desenvolvimentos espaciais desiguais numa dinâmica que, hoje, é o coração do processo de acumulação”, diz Paulani.

Para o crítico literário Fredric Jameson, além ser uma das tentativas mais lúcidas e bem-sucedidas de delinear o pensamento econômico de Marx, *Os limites do capital* é também o único livro a enfrentar o problema espinhoso da renda fundiária em Marx, cuja própria análise foi interrompida por sua morte. “A revisão e reteorização magistrais de Harvey nos oferecem uma versão plausível do esquema mais complicado que Marx poderia ter elaborado, tivesse ele vivido”, afirma, no texto de quarta capa.

A perspectiva geográfica de Harvey joga luz em aspectos chave pouco trabalhados no pensamento marxista como o capital fixo, as finanças, o crédito, a renda, as relações de espaço e os gastos estatais. Em sua análise do capital fictício e do desenvolvimento geográfico desigual, o geógrafo britânico leva o leitor, passo a passo, pelas camadas de formação de crise: do argumento controverso de Marx a respeito da queda tendencial da taxa de lucro às crises de crédito e de finança.

Em termos de estilo, Harvey é capaz de destrinchar conceitos de alta complexidade por meio de uma linguagem clara e acessível, avessa aos jargões econômicos de gabinete. Para ele, é impossível compreender o capital a partir de uma argumentação linear, que empilha conceitos isolados como “blocos de construção”. Fiel à estrutura de exposição de Marx, o método empregado por Harvey é dialético e processual, como seu próprio objeto de estudo.

Escrito antes do fim da guerra fria, antes da contrarrevolução neoliberal e antes do falatório sobre globalização e financeirização econômica, *Os limites do capital* desenvolve essas questões através do desdobramento das próprias contradições internas do capital. Como Harvey aponta na introdução à nova edição, “*Os limites do capital* se revelou um texto presciente. Em alguns aspectos, é até mais relevante agora porque descreve uma maneira teórica de se enfrentar as contradições inerentes à maneira como funciona o capitalismo neoliberal”.

Os limites do capital é a terceira obra de Harvey publicada pela Boitempo. O lançamento se dará com conferências no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis, de 22 a 26 de novembro, das quais o autor vai participar (para mais informações sobre os eventos, conferir a página da Boitempo). No ano que vem, a Boitempo publica *Para entender 'O capital' (Livro II)*, ao mesmo tempo de o segundo livro de *O capital*, de Marx, e prepara mais duas obras de Harvey.

MELO, Tarso. Direito e ideologia – um estudo a partir da função social da propriedade. Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2014. (Coleção Direitos e Lutas Sociais)

Sinopse:

A presente obra faz interessante estudo do direito como instrumento de manutenção da situação econômica e social vigente. Isso porque o Direito, embora por vezes portador de um discurso transformador - como é o caso do artigo 3o. e seus incisos, da Constituição Federal brasileira, que prevêm a construção de uma sociedade livre, justa, e solidária, bem como a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, serve sim como instrumento para a manutenção do poder econômico pela elite brasileira. A importância e a distinção da presente obra estão na análise do Direito e das mobilizações sociais, sob a ótica da transformação da realidade, bem como no fato de conjugar a interpretação do Direito e da luta social, insistindo na máxima de que “a luta faz a lei”. Este livro é leitura obrigatória para quem deseja utilizar o instrumento adquirido ao longo dos estudos nos bancos universitários em prol da luta dos camponeses brasileiros, bem como na defesa da interpretação constitucional da sua função social. A posse, conforme bem lembra o autor, na propriedade rural, só pode ser protegida quando cumprir os requisitos do artigo 186, da Constituição Federal. As lições aqui expostas, diga-se de passagem, com brilhantismo e profundidade, trazem luzes a este tema tão polêmico tão apaixonante: a função social da terra e o Direito como ferramenta de luta para transformar a realidade. Juvelino Strozake.

Expediente**Reitor****Prof. Ricardo Vieiralves de Castro****Vice-reitora****Prof. Paulo Roberto Volpato Dias****Sub-reitora de Graduação****Profª Lená Medeiros de Menezes****Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa****Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron****Sub-reitora de Extensão e Cultura****Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques****Diretor do Centro de Ciências Sociais****Prof. Léo da Rocha Ferreira****Coordenadora do PROEALC****Profª Silene de Moraes Freire****Editoras Responsáveis****Profª Dra. Silene de Moraes Freire****Andreia de Souza de Carvalho****Coordenação de Produção****Andreia de Souza Carvalho****(PROEALC/CCS/UERJ)****Maria José Martins da Silva****(PROEALC/CCS/UERJ)****Colaboradores****Roberto Bassan Peixoto (PPGSS/PROEALC)****Rhaysa S. R. da Fonseca (PROEALC/CCS/UERJ)****Rafael Corrêa Pinheiro (PROEALC/CCS/UERJ)****Augusto Waga (PROEALC/CCS/UERJ)****Diagramação****Andreia de Souza Carvalho****(PROEALC/CCS/UERJ)****Revisão****Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.**